

Prefácio à Tradução Italiana de “Ordem e Progresso” (*)

GILBERTO FREYRE

Ao leitor italiano do livro *Ordem e Progresso* — mais uma tradução de obra brasileira realizada inteligentemente por Alberto Pescetto para o editor Einaudi — o autor pede que o leia, se possível, depois de ter lido os estudos que o precedem numa série que pretende ser de introdução sociológica à história da sociedade patriarcal no Brasil. Trata-se, entretanto, de livro autônomo. Pode ser lido à revelia dos estudos anteriores sobre o mesmo assunto nos seus aspectos mais puros: a formação de uma sociedade no trópico americano tendo por sua forma sociológica a patriarcal.

Com êsse tipo de sociedade — a patriarcal — e sob sua influência decisiva é tese do autor ter se formado o Brasil. Sob sua influência mais do que sob a direção política de reis ou governos europeus — portugueses e por algum tempo espanhóis — ou a teocrática, da Igreja, quer a representada por bispos, quer a representada por ordens religiosas, das quais a de ação mais eficiente na América Portuguesa foi a Companhia de Jesus.

A expressão simbólica “Ordem e Progresso” — lema Positivista ou Comteano que os discípulos brasileiros de Augusto Comte conseguiram inserir na bandeira da República instalada no Brasil em 1889 — tomou-a o autor para título do

(*) Este ensaio, inédito, depois de traduzido à Língua Italiana aparecerá como prefácio do autor à edição do seu livro *Ordem e Progresso*, a ser lançada breve na Itália, por Giulio Einaudi.

terceiro estudo da série iniciada com o livro *Casa-Grande & Senzala*, considerando o fato de que, com a implantação no Brasil, da República, de inspiração, em parte, Positivista, coincidiu o comêço de uma nova fase sociológica no desenvolvimento histórico da sociedade brasileira: aquela que assinalou com um mais acentuado declínio do regímen patriarcal de economia, de família, de organização social — inclusive política — a substituição, a princípio incipiente, mas, desde então, irrevogável, desse regímen por formas antipatriarcais de industrialização e de urbanização da vida brasileira. A implantação da República se fêz pouco mais de um ano após a abolição da escravidão, tendo assim as duas referidas influências antipatriarcais contado com apoio econômico e socialmente significativo: a instauração, no país, do regímen de trabalho livre. A consagração, nas cidades, da figura do operário como substituto do escravo urbano. A consagração, nos campos — no *Centro-Sul* cafeeiro do país — da figura do imigrante europeu — principalmente do italiano — como substituto do escravo rural. Mais: a mais acentuada substituição de grande parte da liderança política — substituição que já se vinha processando sob a monarquia — dos fazendeiros de café e dos senhores de engenhos pelos filhos e genros bacharéis em Direito, ou graduados de outras escolas superiores.

Substituições parciais ou incompletas durante anos. Os próprios imigrantes europeus ao substituírem escravos de origem africana nas plantações de café adquiriram alguma coisa da condição dos escravos que substituíam, ao lado de vantagens sobre os próprios brasileiros natos, que lhes foram contraditoriamente concedidas. Aos próprios trabalhadores livres faltaram, durante anos, em fábrica e nos campos, proteções ou amparos, da parte dos proprietários, gozados anteriormente por escravos nos engenhos, nas fazendas e nas indústrias mais ortodoxamente patriarcais: aquelas em que a escravidão vinha sendo a do tipo doméstico e não ainda a do tipo industrial. As cidades viram-se cheias de ex-escravos vindos do interior, alguns dêles não por terem querido abandonar as famílias patriarcais a que sentiam pertencer, como membros sociológicos delas, mas por ter se tornado economicamente

impossível a muitos dos senhores — sobretudo os dos engenhos de açúcar do Nordeste — conservá-los como trabalhadores livres. Vários dêses senhores se viram arruinados. Acentuou-se definitivamente o declínio do Norte patriarcal açucareiro em face do Centro-Sul semipatriarcal cafeeiro. A República federativa, corrigindo excessos da monarquia centralizadora e indo a novos excessos, passou a favorecer os Estados do Sul — São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul — e a desfavorecer os do Norte: principalmente Bahia e Pernambuco.

Houve, no Brasil, nos anos que imediatamente precederam a implantação da República e nos que a ela imediatamente se seguiram, uma série de dramas de desajustamento nas relações tradicionais, quer entre proprietários e trabalhadores, quer entre regiões produtoras de café e regiões tradicionalmente produtoras de açúcar. Acentuou-se também o desequilíbrio entre o Brasil que vinha recebendo, desde o Império, imigrantes europeus — principalmente italianos e alemães — em número considerável e o que se conservava quase virgem dessa imigração: outro contraste entre ordem tradicional e progresso.

Outro desequilíbrio que tomara, sob os primeiros anos do regímen de Ordem e Progresso, aspecto dramático foi o que vinha se verificando entre populações e subculturas do litoral progressista e populações e subculturas rurais, rústicas, sertanejas. A explosão que ocorreu em Canudos serve de exemplo.

Ainda outro desequilíbrio que naqueles mesmos anos explodiu em episódio sangrento foi o que vinha se prolongando, na marinha de guerra nacional, entre a elite de oficiais brancos — todos arianos ou com pretensões a arianos, todos aristocratas ou com pretensões a aristocratas — e a massa de marinheiros: quase toda gente preta ou de côr, tratada por aquela elite quase como escravos por senhores nem sempre patriarcais, isto é, a chibata e com outros rigores, como se dentro dos grandes navios moderníssimos, adquiridos a pêsso de ouro pelo Brasil, da Inglaterra, e tornados símbolos transoceânicos do progresso brasileiro, sobrevivessem restos da velha ordem aris-

tocrática ou escravocrática, e *dreadnoughts* imensos fôssem casas-grandes de um tipo já arcaico em terra; casas-grandes, com suas senzalas flutuantes.

Num como corretivo a êsses desajustamentos críticos, não tardou a República inovadora, agindo em benefício da ordem nacional assim desequilibrada, a procurar moderar frenesis de progresso, por um lado, e extremos de arcaísmo, por outro, se não voltando a seguir, tradições patriarcais, assimilando delas valôres e métodos válidos: adaptando-os a novas circunstâncias; acomodando-os a novas situações. O período que pode ser assinalado como de conciliação entre “ordem” e “progresso” — entre as constantes de ordem vindas da monarquia e os “imperativos de progresso” que a República se empenhou em desenvolver — foi, no Brasil de então, exemplo vivo da tendência caracteristicamente brasileira para resolver problemas, contornar obstáculos, superar crises, menos por substituições radicais e violentas do velho pelo nôvo que através de revoluções das chamadas brancas: as que são caracterizadas pela acomodação, pela contemporização entre extremos, pelo acôrdo entre contrários. Não há exagero em dizer-se que houve, naqueles dias, acomodações que foram ao extremo de conciliar o entusiasmo brasileiro pelos vôos sensacionais, na França, de Santos Dumont, com o realismo, também brasileiro, com que continuou-se a usar o carro-de-boi tradicional, onde não fôsse possível substituí-lo pelo *trolley*: novidade da época.

Assim já se verificara a independência política do Brasil, de Portugal, assim se fizera a Abolição; assim se realizara a substituição da Monarquia pela República: com barões e outros titulares da monarquia tornando-se diplomatas e até estadistas a serviço da República, ao mesmo tempo que a República passou a servir-se dêles. Pois o regímen republicano assimilou do antecessor métodos de ação política, com os novos “coronéis” do interior substituindo os antigos barões como chefes políticos patriarcais; com o compadrio — instituição patriarcal — continuando a vigorar em quase todo o Brasil rural e até em partes do urbano; com tradições patriarcais infiltrando-se em várias das novas indústrias e emprêsas comerciais sob o aspecto de constelações familiares de comando — pais, filhos, genros;

com filhos, genros e parentes surgindo como elementos importantes junto a presidentes da República, novos governadores de Estado, novos ministros; com estrangeiros chegados ao Brasil para atividades comerciais, industriais, técnicas, profissionais, quer os naturalizados brasileiros, quer alguns dos outros, tornando-se, muitos dêles, ao mesmo tempo que agentes de novas formas de progresso e instrumentos de urbanização e de industrialização mais modernas, elementos sensíveis às sobrevivências da ordem patriarcal, aderentes a valôres e a usos característicos dessa ordem, representantes das suas virtudes tanto quanto dos seus defeitos aos olhos de outros estrangeiros. O caso de um Lauro Müller, de um Germano Hanolocker, de um Frontin, de um Milet, de um Boulitreau, de um Dodsworth, de um Clark, de um Abbott, de um Fleuiss, de um Agostini, de um Spinola, de um Lundgren, de um Cox — alguns dos quais, tendo se casado com mulheres de côr, seguiram, neste particular, o modelo português, adaptando-se a áreas principalmente urbanas.

Daí ter sido um período, o considerado no ensaio, *Ordem e Progresso*, interessantíssimo para a caracterização, no *ethos* brasileiro, de um dos seus aspectos mais significativos; sua capacidade de acomodação, de compromisso, de acôrdo, que teve de responder a fortes desafios, ligando-se, por vêzes, ao poder de assimilação do exótico — do exótico europeu não-lusitano, principalmente — pelo brasileiro já telúrico.

Num ponto a República afastou-se notavelmente da Monarquia: no uso, no estrangeiro, de então modernas técnicas de propaganda, quer do regímen, em particular, quer do Brasil, em geral. Obra não de um republicano mas de um daqueles barões ilustres da Monarquia que a República convocou para seu serviço, dando-lhe carta branca para reorganizar o Ministério das Relações Exteriores: o Barão do Rio Branco. Na chefia dêsse Ministério — e até antes de assumir essa chefia — o Barão do Rio Branco foi também um ministro invisível de um igualmente invisível mas eficiente Ministério de Propaganda. Nunca — nem antes nem depois dêle — o Brasil teve tão brilhante serviço de propaganda, quer oficial, quer particular, na Europa e mesmo nos Estados Unidos. Propaganda através de livros como o de Marie Robinson Wright, *The New*

Brazil (Philadelphia 1906), o de Arthur Dias, *Brazil of Today* (s/d), o de Santa Anna Nery, *The Land of the Amazons* (Londres 1901), o de G. Artom Kerby, *The Land of Tomorrow* (New York 1906); ou de anuários, semanários, mensários e jornais como o *Anuário Brasileiro Comercial* (Paris), o *Brazilian Year Book* (Londres), a *Etoile du Sud* (Rio), *Fanfulla* (São Paulo), *South American Journal* (Londres). Além do que, estendeu-se, por tôdas as principais capitais da Europa, um serviço de informação que passou a proclamar as virtudes da República e as possibilidades do “nôvo Brasil”: em Paris, com sua sede no Boulevard des Italiens, em Berlim, em Meinkeretrasse, em Roma aos cuidados de um Dr. Francisco Canella, em Barcelona, em Plaza principal, através de um Senhor Carlos da Silva, em Londres, por intermédio de um Senhor Hermes de Vasconcelos, em Marselha, a cargo do Senhor Francisco Guimarães, no Havre, aos cuidados do Senhor Symphronio Magalhães. Em Paris, o Alto Comissário de Informações era o Dr. Luiz Raphael Vieira Souto.

Um dêsses propagandistas da República de 89 e do “nôvo Brasil”, Mr. J. C. Oakenfull, de Plymouth (Inglaterra), podia escrever no seu *Brasil in 1909* (Paris 1909) que “Ordem e Progresso, the Brazilian motto typifies the policy of the nation to-day”. Que política de Ordem e Progresso era essa? Não é difícil de adivinhar-se a voz, em português, do Barão do Rio Branco a fazer-se repetir pela do inglês em sua caracterização do Brasil que dava, então, realidade ao moto Ordem e Progresso: “Her conquests have been won by arbitration, in place of war. She has settled almost all her frontier questions and is able to turn her attention to internal development and this is proceeding at a pace almost inconceivable. The iron horse us stalking over the land”.

Não deixava o govêrno republicano de dar notícia aos europeus dos seus intelectuais e dos seus artistas. Entre os intelectuais, o próprio Barão do Rio Branco; “an admirable Crichton”, segundo aquê publicista — ou publicitário? — inglês; Joaquim Nabuco, de quem Mr. Oakenfull honestamente escreve que não era então “a very popular man” pois “he is at times haughty and incropomising and such qualities do not commend

themselves to the young Republicans”; Machado de Assis, grande nas letras “by sheer force of merit”; Graça Aranha, “a romancist and idealist”; João Ribeiro, “best known as a grammarian”; José Carlos Rodrigues, “the Gordon-Bennet of South America”. Vários outros, embora nenhuma menção nem de Euclydes da Cunha nem de Oliveira Lima. Significativo, porém, o que se destacava do jurista, parlamentar e internacionalista Ruy Barbosa — Conselheiro da Monarquia — assimilado pela República e de quem Rio Branco fazia tão ruidosa propaganda em publicações européias, a propósito da sua atuação na conferência da Paz em Haia em 1907: que era autor de uma monografia sôbre “os crimes contra a propriedade industrial”.

Notícia se dava, também, dos ilustres brasileiros que, no Brasil, se distinguiram como artistas do mesmo feitio dos europeus. Nenhum, na verdade, era então caracteristicamente nacional ou corajosamente tropical na sua arte; quase todos uns simples subeuropeus em quem a propaganda oficial, ou oficiosa, do Brasil de “Ordem e Progresso” destacava precisamente sua europeidade de coloniais: de um, Correia Lima, por exemplo, que, como escultor, era autor de uma “Mater Dolorosa”, de outro, Henrique Osvald, que, como compositor, se tornara já conhecido pela sua composição “Il neige”; de Aurélio de Figueiredo, que era autor de uma pintura de motivo de todo europeu e européia na técnica: “Paola e Francesca”.

Mas não pensassem os europeus nem supusessem os anglo-americanos que ao “nôvo Brasil” faltavam cientistas e inventores. De modo algum. Quem era e de onde procedia Alberto Santos Dumont? Brasileiro nascido no Rio das Velhas em Minas Gerais. Vital Brasil era outro inventor notável: inventor de antídoto contra o veneno das serpentes. Outros inventores: o Contra-Almirante Huet Bacelar, o Tenente Radler de Aquino, Osvaldo Farias, o Barão de Capanema: inventor de um formicida. Vários outros. Cientistas: o botânico Barbosa Rodrigues e o zoólogo Carlos Moreira, dentre diversos. Médicos notáveis: Chapot-Prevost, o Barão Pedro Afonso Paes Leme. Engenheiros: além de Pereira Passos — o modernizador do Rio de Janeiro — e Lauro Müller — “o alemãozinho”

— nenhum mais notável que Paulo Frontin. Significativamente, nas propagandas oficiais orientadas pelo Barão do Rio Branco, não se destacavam os brasileiros eminentes daqueles dias, ostensivamente pretos ou de côr: um Juliano Moreira, psiquiatra, um Teodoro Sampaio, geógrafo, um Dom Silvério, prelado ou sacerdote ilustre.

Ao mesmo tempo que se fazia notar na Europa e nos Estados Unidos, através de então modernas técnicas de propaganda pioneiramente utilizadas, o Brasil, depois da época assinada pela substituição, na bandeira nacional, da coroa do Império, pelo moto positivista-comteano “Ordem e Progresso”, passou a convidar, mais que a República Argentina, ou tanto quanto a Argentina, estrangeiros eminentes, para visitarem o Rio e São Paulo, já o país República progressista, para verem a Avenida Central, admirarem o Pôrto de Santos e outras tantas obras de modernização do arcaico império de Pedro II em “up-to-date” república. Dom Pedro II já atraíra a um Brasil, sem novos escravos — isto durante os últimos decênios do seu reinado — um Agassis, geólogo, além de um Liais, astrônomo, de um Hartt, também geólogo, de um Marc, generalista. Mas a República esmerou-se em atrair ao Rio e a São Paulo europeus ilustres capazes de se tornarem — nem sempre se tornaram — propagandistas eloquentes do “nôvo Brasil”; um Paul Adam, por exemplo; um abade Graffre; e também, um Ferrero, um Ferri, um Anatole France, uma Jane Catulle-Mendes, um Burnichon, um Bryce, um Clemenceau, um Walle. Compreende-se que dada a euforia que reinou então não poucos brasileiros e entre vários estrangeiros interessados no Brasil, durante os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, um desses estrangeiros, Mr. Oakenfull, pudesse escrever, quase gritando, no seu *Brazil: The Republic has amply justified its existence and its motto “Ordem e Progresso”* needs no garter King at Arms to decide as to its legitimacy...

A verdade, porém, é que dos embates entre as solicitações de ordem e as solicitações de progresso que se verificaram, no Brasil, dos últimos decênios do século passado ao fim da Primeira Grande Guerra Mundial, não se pode dizer que tenha

resultado benefício notável ou generalizado, para o operário, como tal; muito menos para o trabalhador que, nas áreas das antigas plantações de açúcar, substitui o escravo. No último caso, houve até desvantagem para o substituto. Quanto ao ex-escravo dessas plantações e das de café foi, depois de 1888, como que atirado pelos novos dirigentes ao lixo social; desprezado; ignorado por êsses dirigentes; desatendido pela Igreja Católica e pelo clero. Êste é um dos aspectos mais nitidamente negativos do período de vida brasileira considerado em *Ordem e Progresso*. Foi um progresso, o que então se verificou, e uma ordem, a então assegurada pelos governos e reclamada pelas chamadas “classes conservadoras”, que não tomaram conhecimento, senão excepcionalmente, da figura do operário urbano ou dos direitos da plebe rural e dos ex-escravos. Direitos a uma atenção sistemática da parte, quer de uma monarquia com algumas pretensões a moderna, quer de uma república que sucedeu essa república dizendo-se ainda mais moderna que a monarquia de Pedro II, servida, aliás, por eminentes homens públicos, como Joaquim Nabuco — excepcionalmente sensível àquelas realidades sociais — e por vários outros políticos, industriais, publicistas. De onde se pode dizer que para êsses outros políticos — para o próprio Ruy Barbosa — como também para a Igreja Católica ou para o seu clero, no Brasil — a chamada “questão social” só veio começar a existir em 1918, como repercussão de agitações proletárias, socialistas e anarquistas da Europa dos primeiros dias de após Guerra. Raros os brasileiros que dela se aperceberam com alguma antecipação; o Príncipe Dom Luiz de Bragança e alguns Positivistas e, antes deles, um remoto Antônio Pedro de Figueiredo.

* * *

Ordem e Progresso escreveu-o o autor não de improviso, nem impressionistamente, mas a base de longas pesquisas, algumas das quais tendo por objetos — sujeitos de estudo aspectos íntimos ou sobreviventes pudicos de um passado recente: assuntos, portanto, difíceis e delicados. Pesquisas extensas e em profundidade, através das quais se procurou combinar história — e antropologia — com biografia, ou antes, com autobiografia. Com autobiografias — no plural — obtidas de bra-

sileiros dos dois sexos, de várias etnias, de diversas profissões, regiões, situações sociais, condições econômicas, níveis culturais, sobreviventes do passado analisado. Foram essas autobiografias provocadas sob um mínimo de orientação geral estendida aos autobiografados, ara que, excitados em sua memória pelos mesmos estímulos, suas respostas permitissem ao autor — um autor em busca de mais de duzentos personagens! — realizar, a base dessas respostas autobiográficas, comparações, confrontar reações, surpreender contradições nas atitudes dos mesmos sobreviventes em face de idênticas provocações. Várias as verdades assim colhidas de memórias assim desafiadas ou excitadas. Sobre elas — respeitando nelas até inexatidões cronológicas e mesmo históricas a que podem ter correspondido validades psicológica ou sociologicamente mais significativas — é que o autor de *Ordem e Progresso* procurou extrair, do passado analisado, uma como verdade geral que fôsse porventura a mais completa das jamais levantadas, quer sobre o comportamento brasileiro no mesmo período, quer sobre uns tantas aspectos supra-cronológicos de tal comportamento. Ou seja: esse comportamento visto como expressão do *ethos* nacional, em períodos de transição tão aguda — do régimen monárquico para o republicano e, sobretudo, do trabalho escravo para o livre — que não lhe faltaria dramaticidade às principais tensões: entre a região do café e a do açúcar, entre o litoral progressista e o sertão arcaico, entre brancos destituídos de privilégios e gentes de côr ávidas de ascensão, entre pais demasiadamente apegados a ritos patriarcais de autoridade nas relações de velhos com jovens e filhos sôfregos de se afirmarem com a República e o trabalho livre, dirigentes de um nôvo tipo.

À compreensão do Brasil atual — um Brasil ainda a defrontar-se com problemas de conciliação de ordem com progresso — é essencial, quer ao brasileiro, quer ao estrangeiro, o conhecimento daquelas intimidades do passado nacional mais recentes — o do último quase um século — que o livro *Ordem e Progresso*, sem conseguir sempre revelá-los de todo, descobre delas o bastante para tornar inteligíveis alguns dos seus aparentes mistérios e várias das suas projeções sobre o futuro: aquele futuro que é, em grande parte, o tempo que está sendo presen-

temente vivido. Para êsse esclarecimento concorreram — repita-se — colaborando com o autor, quase duzentos brasileiros das mais diferentes situações étnicas e sociais; das mais diversas condições econômicas; dos mais diversos níveis culturais. Suas confissões autobiográficas — algumas com um quê de confidências de confessor — dão ao livro um parentesco, não de todo remoto, com as recolhidas, no Brasil do primeiro século colonial, pelos agentes do Santo Ofício: clérigos e escrivães que, como o francês célebre com relação à prosa, fizeram sociologia sem o saberem. E criaram para os países de língua portuguesa um comêço de tradição de técnica de indagação sociológica — a das autobiografias como que provocadas, a das confissões solicitadas, a dos depoimentos sobre matéria íntima, pessoal, confidencial, de interêsse histórico e de significado social — a que o autor de *Ordem e Progresso* procurou dar amplitude, dimensão, perspectiva e, talvez, profundidade novas, indo mais do que além da curiosidade pelos pecados de sexo e de heresia nas suas expressões convencionais; buscando surpreender no comportamento de um grupo representativo de brasileiro — sobreviventes de uma época de transição sob alguns aspectos dramática — reações de todo um *ethos* nacional às pungências ou às adstringências, e não sòmente à rotina, dessa mesma época.

Ordem e Progresso, como tentativa de realização sociológica de um nôvo tipo, vem sendo compreendido de modo lúcido por mestres no trato e no ensino de Ciências Sociais como o Professor Roger Bastide, da Sorbonne, que o considera o comêço de uma nova “Sociologia do Tempo”, isto é, do tempo perdido reconstituído sociologicamente; como o Professor Georges Balandier (que prefere enxergar no esforço brasileiro nova forma de Sociologia do Cotidiano — o cotidiano compreendido em intimidades psico-socialmente significativas); como o Professor Lincoln Gordon, atual Reitor da Universidade de Johns Hopkins, que igualmente o considera, além de válido como nova técnica de pesquisa histórico-social, essencial — segundo êle — à compreensão do Brasil, quer íntimo, quer público, de hoje.